



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA – 0033

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 20 e 21 do mês de fevereiro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4). Presentes a Juíza Titular MÔNICA AIEX, O Juiz do Trabalho Substituto Auxiliar Fixo MARCOS ROBERTO WOLFGANG e o Juiz Substituto RÔMULO TOZZO TECHIO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	GUAIMBE, LUTECIA, OCAUCU, VERA CRUZ, POMPEIA, OSCAR BRESSANE, ORIENTE, MARILIA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	01/04/1981
Data de Instalação do PJE:	28/08/2013
Data da Última Correição:	08/02/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	17 %
Acervo PJe/Acervo Total:	83 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MONICA AIEX	05/06/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
29/10/2016 a 25/02/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
26/02/2017 a 30/04/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
01/05/2017 a 30/06/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
01/07/2017 a 31/07/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
01/07/2017 a 20/08/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
21/08/2017 a 19/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/09/2017 a 19/10/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/10/2017 a 19/12/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/12/2017 a 31/01/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FABIO CESAR VICENTINI	29/01/2018 a 04/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	07/01/2017 a 28/05/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	28/05/2017 a 18/06/2017
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	19/06/2017 a 30/07/2017
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	07/08/2017 a 23/10/2017
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	28/10/2017 a 19/12/2017
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	08/01/2018 a 28/01/2018
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	05/02/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	07/01/2017 a 07/02/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	28/06/2017 a 16/07/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	18/07/2017 a 18/07/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	19/07/2017 a 20/08/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	21/08/2017 a 19/09/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	20/10/2017 a 19/12/2017
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	08/01/2018 a 06/02/2018
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	07/02/2018 a 14/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/02/2018 a 14/02/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROMULO TOZZO TECHIO	25/02/2017 a 07/03/2017
ROMULO TOZZO TECHIO	10/03/2017 a 12/03/2017
ROMULO TOZZO TECHIO	17/04/2017 a 16/05/2017
ROMULO TOZZO TECHIO	07/02/2018 a 14/02/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	AJA	FC-04 CALCULISTA	20/09/1994
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	29/10/1993
DIVANIA DA COSTA ALVARES	REQ	FC-02 ASSISTENTE	31/08/2016
ELIANE DE FATIMA VALERIANO AMORIM	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/09/2013
ESPERANCA LOPES ZAPAROLLI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/05/1994
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	17/03/2014
SILVIO JOSE CINTRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/02/2014
SONIA KIYOKO GOTO MAZINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/10/1999
WANDERCY APARECIDA VIGANO	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	09/02/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	155
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	157



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GIOVANA CHIARAMONTE ROCHA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/07/2016
JOAO VITOR PENNA ARAUJO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2017 a 12/2017]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	89
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	15

SERVIDORES	HORAS
WANDERCY APARECIDA VIGANO	120



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	732	827	756
	Aguardando encerramento da instrução	786	664	863
	Aguardando prolação de sentença	43	122	120
	Aguardando cumprimento de acordo	321	326	365
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.621	1.257	1.543
	Pendentes de finalização		3.503	3.196
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	143	355	164
	Liquidados pendentes de finalização na fase	256	237	252
	Pendentes de finalização	399	591	416
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	229	859	284
	Encerrados pendentes de finalização na fase	96	63	54
	Pendentes de finalização	325	924	338
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	15	0
TOTAL		4.227	4.727	4.400

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	682	760	854
	Aguardando encerramento da instrução	652	758	789
	Aguardando prolação de sentença	97	131	138
	Aguardando cumprimento de acordo	346	306	236
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.431	2.819	3.151
	Subtotal		3.208	3.124
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	221	397	234
	Liquidados pendentes de finalização na fase	174	182	208
	Subtotal	395	580	442
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	325	897	350
	Encerrados pendentes de finalização na fase	90	121	56
	Subtotal	415	1.018	406
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	80	2
TOTAL		4.019	4.802	4.236



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	221	237	43
Exceções de Incompetência	19	20	5
Antecipações de Tutela	278	256	27
Impugnações à Sentença de Liquidação	24	15	23
Embargos à Execução	70	62	52
Embargos à Arrematação	1	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	4	3
TOTAIS	616	594	153

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	146	107	66
Exceções de Incompetência	18	3	11
Antecipações de Tutela	209	187	52
Impugnações à Sentença de Liquidação	13	11	17
Embargos à Execução	48	36	60
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	3	5
TOTAIS	439	347	211



6 - RECURSOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	718	721	112
Recurso Adesivo	65	57	16
Agravo de petição	39	33	32
Agravo de Instrumento	10	4	8
TOTAIS	832	815	168

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	528	425	196
Recurso Adesivo	30	22	15
Agravo de petição	38	23	39
Agravo de Instrumento	5	5	5
TOTAIS	601	475	255



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	729	187	200	219
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.135	339	348	361
Total / Média	1.864	280	319	305

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	697	188	199	229
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.093	350	362	390
Total / Média	1.790	287	329	326

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	277	18	28	32
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	750	27	36	45
Total / Média	1.027	24	35	41

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	59	165	230	146
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	189	202	261	202
Total / Média	248	193	256	187

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	227	559	1.401	501
Do início ao encerramento da execução - ente público	18	156	832	515
Total / Média	245	529	1.335	502

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	570	116	174	211
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	946	314	333	363
Total / Média	1.516	240	296	302

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	557	123	177	215
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	868	324	332	379
Total / Média	1.425	246	295	311

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	173	46	24	41
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	540	51	36	53
Total / Média	713	49	33	49

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	47	180	194	199
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	148	296	224	267
Total / Média	195	268	219	249

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	117	1.200	1.821	1.063
Do início ao encerramento da execução - ente público	27	1.541	1.133	1.341
Total / Média	144	1.264	1.755	1.103

*Do início até a extinção da execução

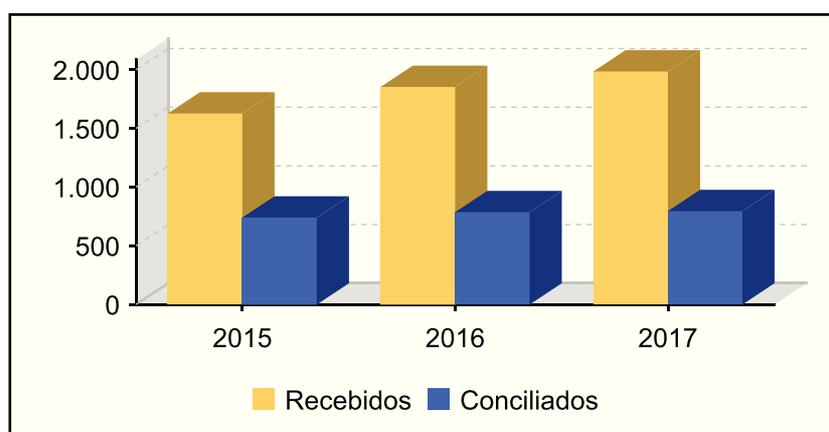


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

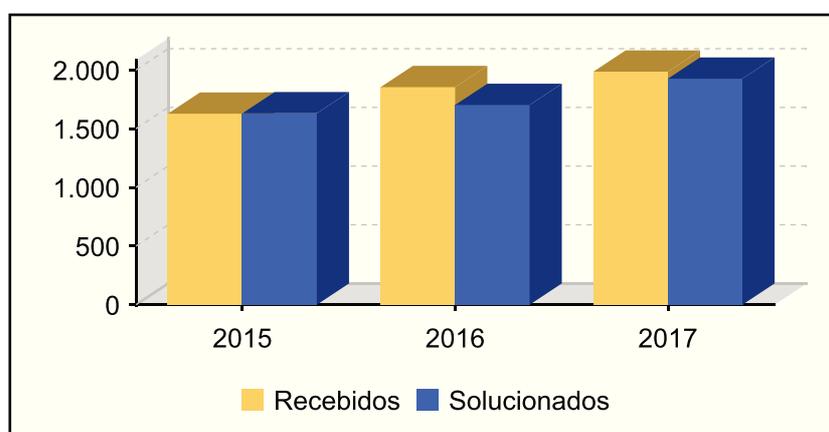
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.628	741	45,52
2016	1.854	787	42,45
2017	1.986	796	40,08



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.628	1.631	100,18
2016	1.854	1.702	91,80
2017	1.986	1.926	96,98



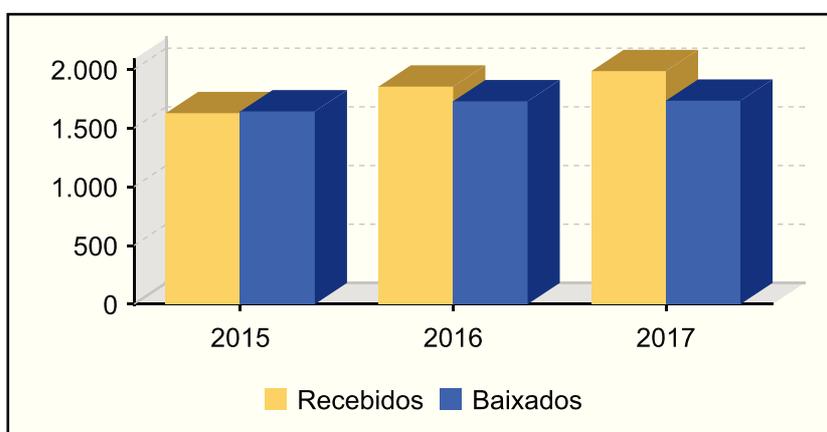


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

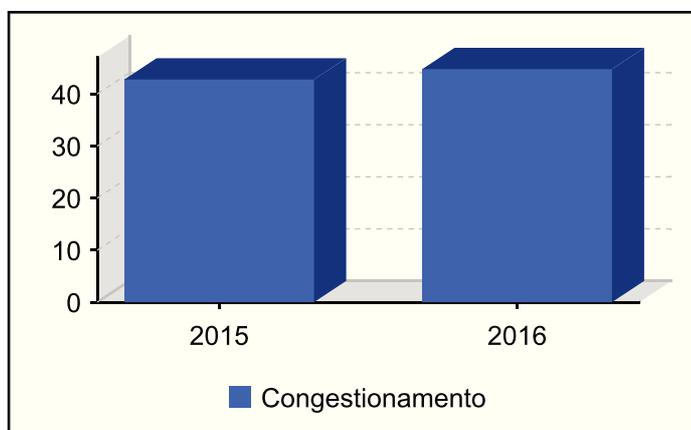
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.628	1.643	100,92
2016	1.854	1.729	93,26
2017	1.986	1.734	87,31



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.223	1.628	1.631	42,79
2016	1.229	1.854	1.702	44,79

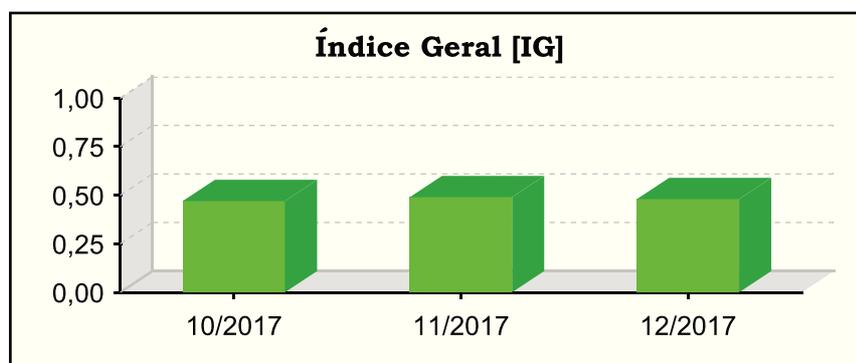
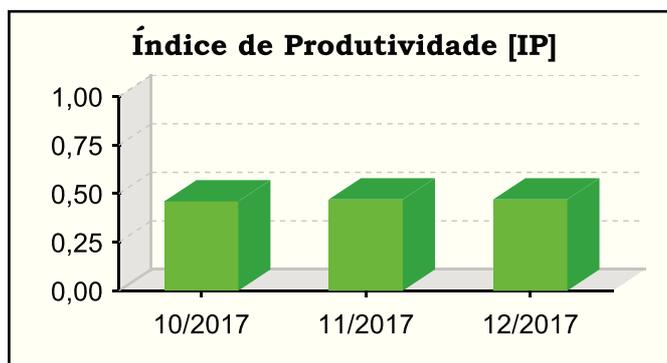
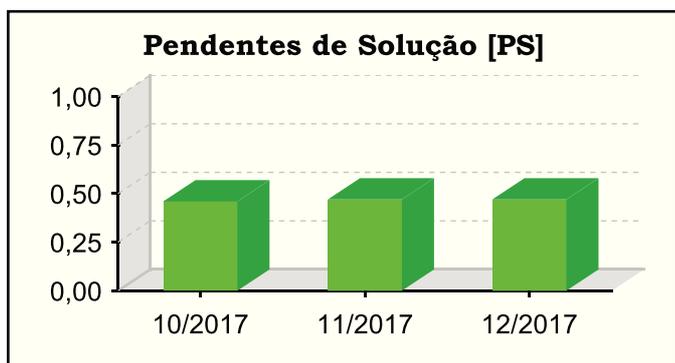
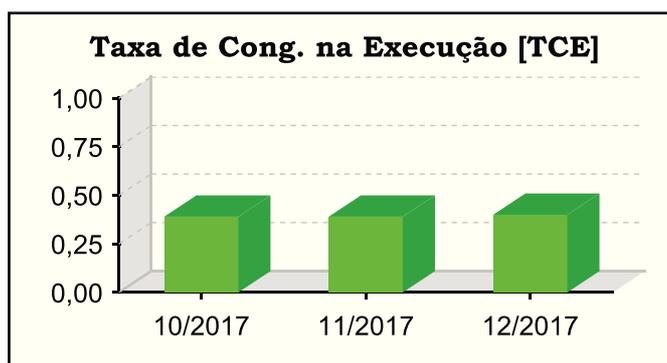
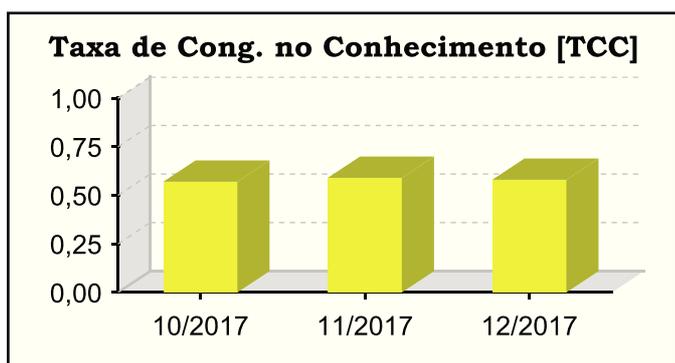




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,57	0,39	0,46	0,46	0,47
11/2017	0,59	0,39	0,47	0,47	0,49
12/2017	0,58	0,40	0,47	0,47	0,48





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	796	66,3	35,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	875	72,9	38,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.671	139,3	73,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	255	21,3	11,2
Incidentes Processuais Resolvidos	621	51,8	27,4
Dias-Juiz	680	56,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

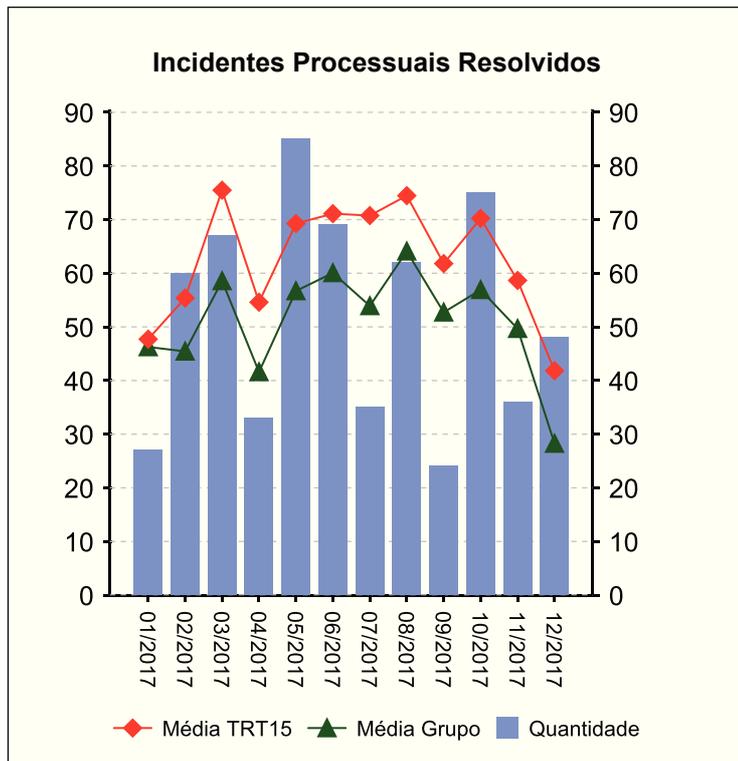
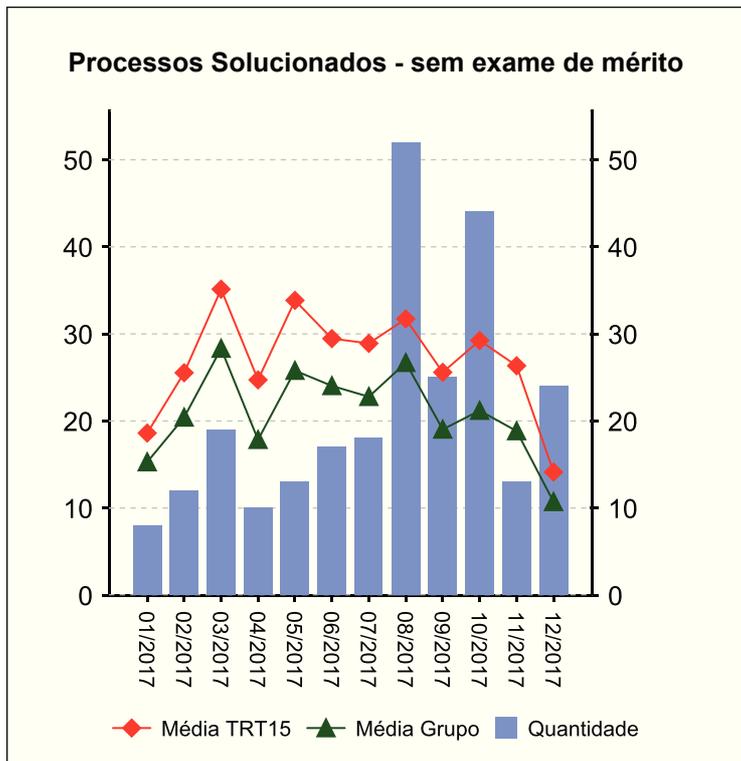
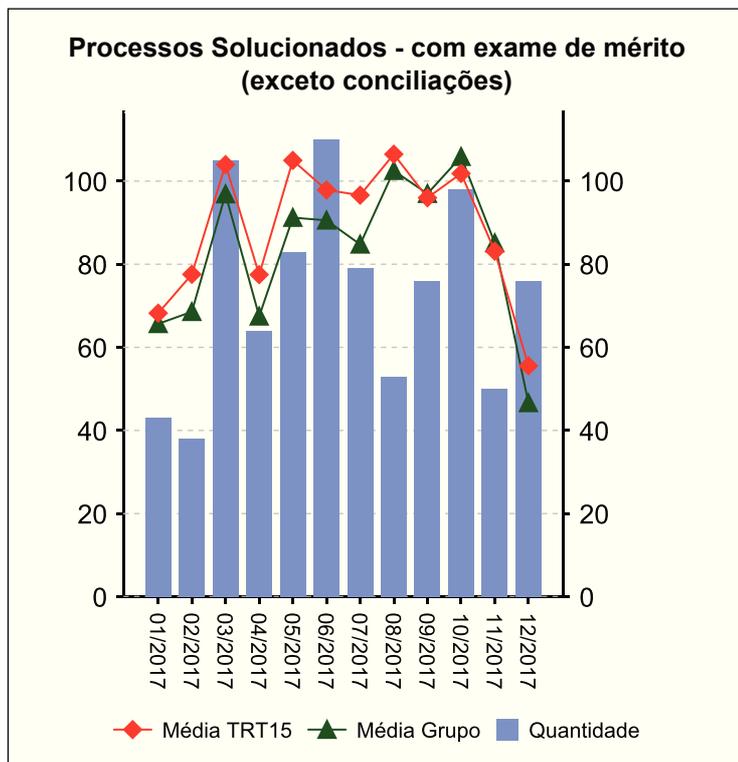
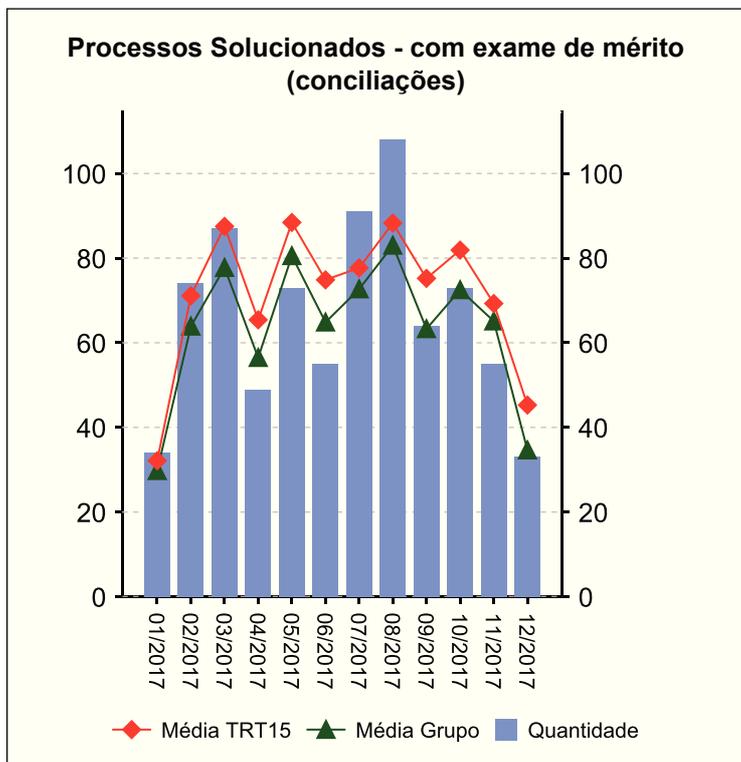
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	748	62,3	33,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	640	53,3	28,2
Sessões de audiência realizadas - una	337	28,1	14,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	690	57,5	30,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	371	30,9	16,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	977	81,4	43,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.061	88,4	46,8
Dias-Juiz	680	56,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

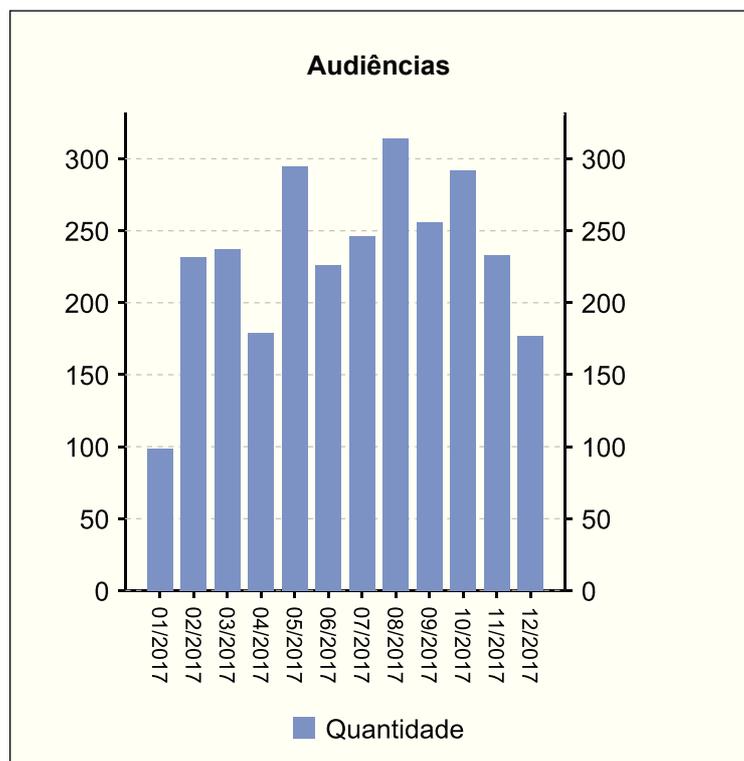


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

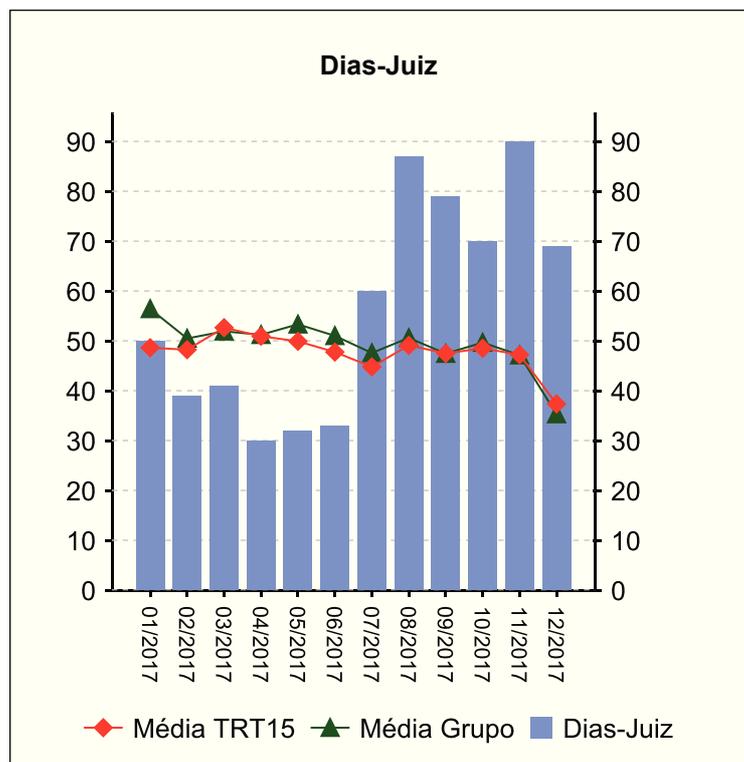
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	13	18	24	26	18	99
02/2017	54	33	58	53	34	232
03/2017	52	39	62	48	36	237
04/2017	47	13	48	46	25	179
05/2017	71	50	75	63	36	295
06/2017	60	38	43	50	35	226
07/2017	74	31	57	53	31	246
08/2017	90	27	86	74	37	314
09/2017	56	43	70	54	33	256
10/2017	63	35	90	64	40	292
11/2017	53	25	81	65	9	233
12/2017	57	19	54	44	3	177
Total	690	371	748	640	337	2786



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	50
02/2017	39
03/2017	41
04/2017	30
05/2017	32
06/2017	33
07/2017	60
08/2017	87
09/2017	79
10/2017	70
11/2017	90
12/2017	69
Média Mensal	56,7



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	787	65,6	53,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	702	58,5	47,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.489	124,1	101,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	213	17,8	14,5
Incidentes Processuais Resolvidos	395	32,9	26,9
Dias-Juiz	440	36,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.906	62,3	42,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.124	62,8	42,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.030	125,1	85,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.504	22,1	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	16.490	42,9	29,3
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	126.805	69,1	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.540	73,3	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	261.345	142,3	93,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.731	27,1	17,8
Incidentes Processuais Resolvidos	93.541	50,9	33,6
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

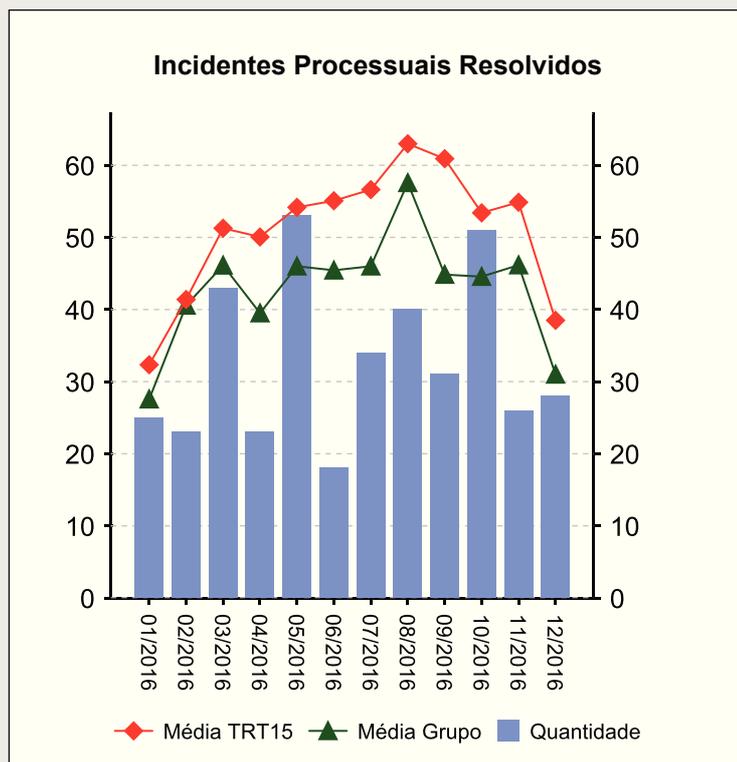
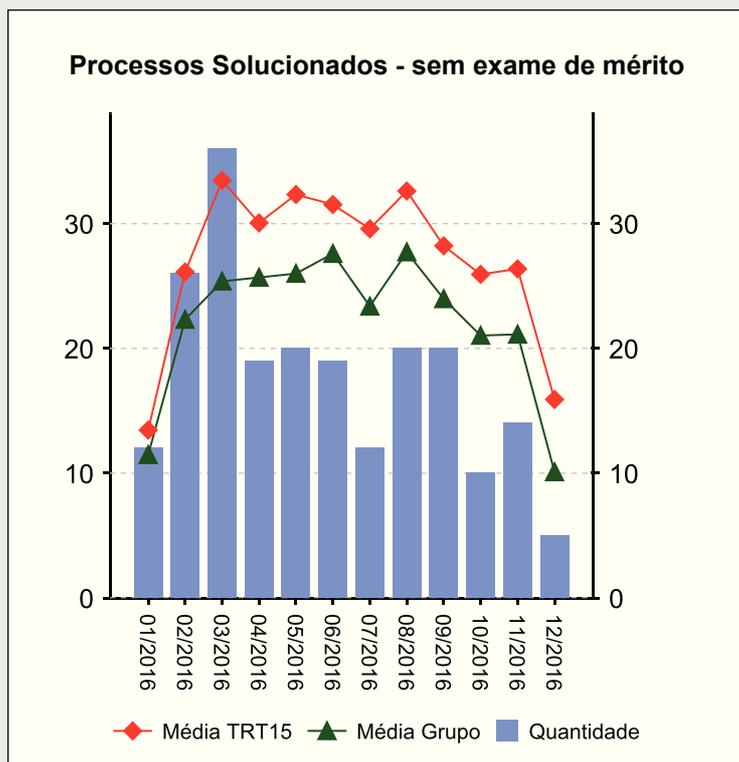
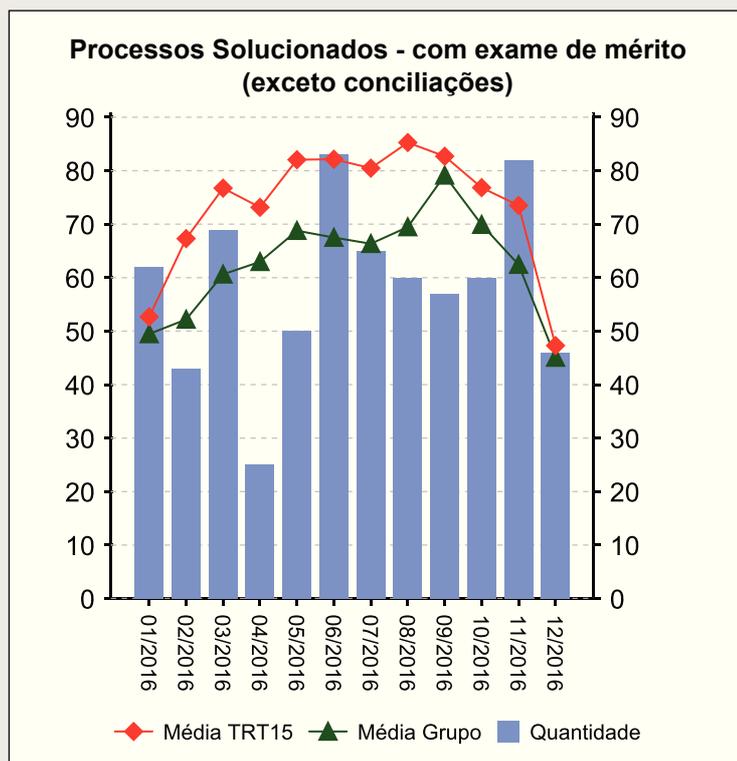
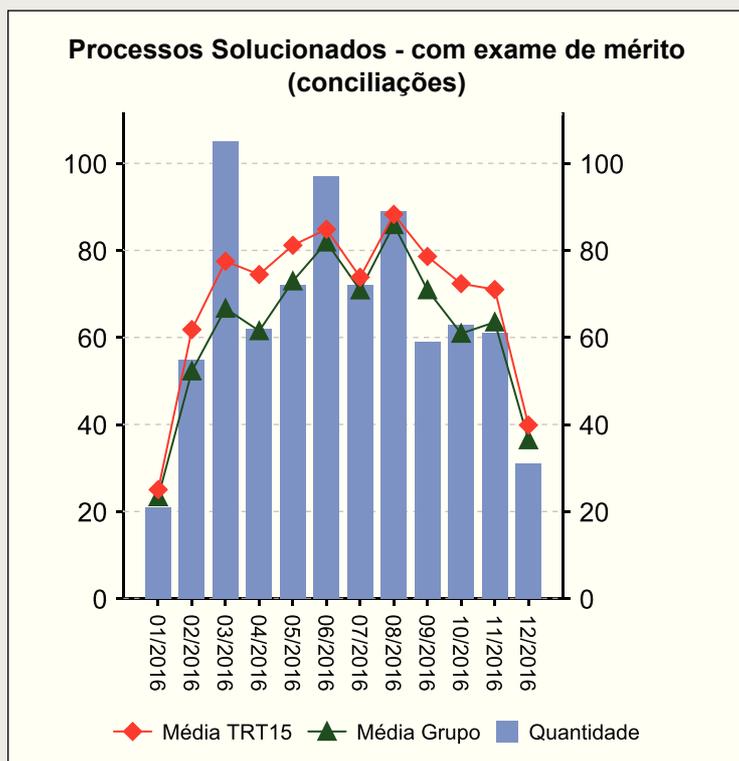
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	678	56,5	46,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	424	35,3	28,9
Sessões de audiência realizadas - una	606	50,5	41,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	266	22,2	18,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	277	23,1	18,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.030	85,8	70,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	543	45,3	37,0
Dias-Juiz	440	36,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	83.634	45,6	---



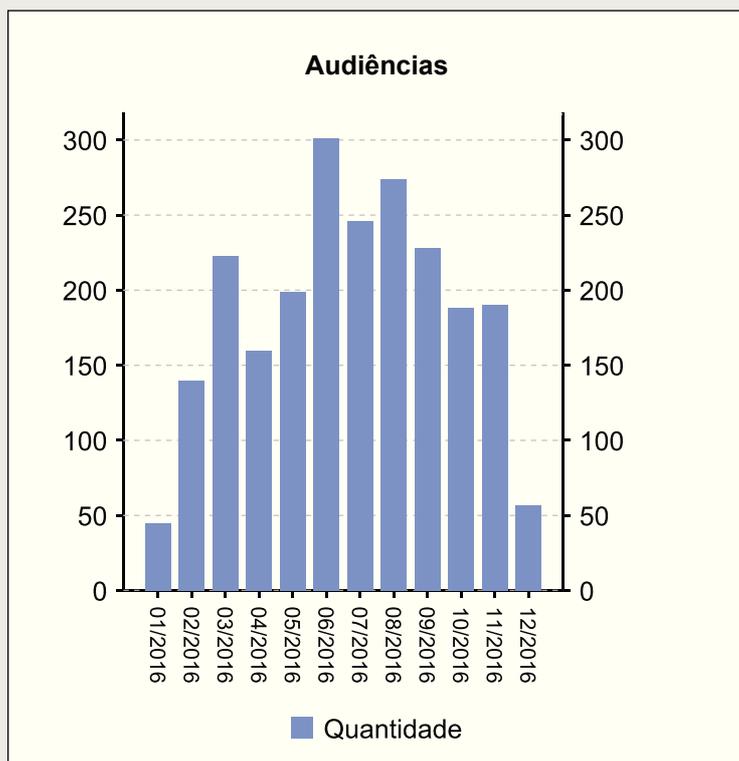
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

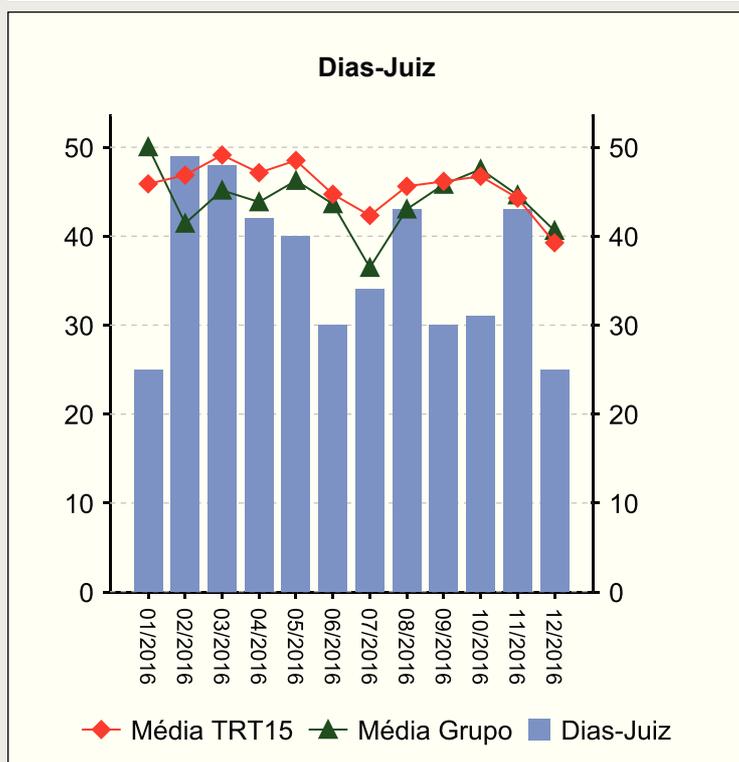
[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2016	0	2	15	8	20	45
02/2016	1	1	48	30	60	140
03/2016	3	1	81	43	95	223
04/2016	3	5	63	26	63	160
05/2016	5	1	73	40	80	199
06/2016	25	68	78	39	91	301
07/2016	50	27	77	30	62	246
08/2016	57	28	89	45	55	274
09/2016	28	75	41	50	34	228
10/2016	37	28	47	52	24	188
11/2016	45	36	46	45	18	190
12/2016	12	5	20	16	4	57
Total	266	277	678	424	606	2251



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2016	25
02/2016	49
03/2016	48
04/2016	42
05/2016	40
06/2016	30
07/2016	34
08/2016	43
09/2016	30
10/2016	31
11/2016	43
12/2016	25
Média Mensal	36,7



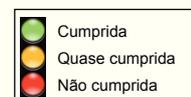
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

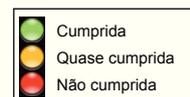
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1986	1926	1787	0	166	160	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

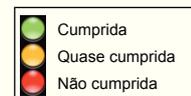
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1628	1465	1604	0	160	33	21 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
291	418	262	0	24	35	100 %





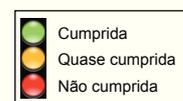
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

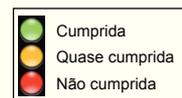
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
12	10	1.76	0	100 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
248	292	238	77 % 





12 - ARRECAÇÃO [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 178.728,68	R\$ 75.262,74	R\$ 0,00	R\$ 1.345.380,87



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	3
2014	9
2015	50
2016	290
2017	1209



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2.023	8	0	8	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 09 servidores está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 03 assistentes de Juiz.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 05/02/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	05/01/2018	Data de corte:	05/01/2018
Saldo:	235	Saldo:	59
Data do mais antigo:	23/09/2017	Data do mais antigo:	04/10/2017
		Total:	294

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de



resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (12/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,48, seis pontos percentuais a menos desde a última correição.

Esse resultado reflete, em parte, a redução nos últimos meses da TCE- taxa de congestionamento na execução, no mesmo período apresentou pequena melhora (de 0,53 em 12/2016 a 0,40 em 11/2017), enquanto a TCC – taxa de congestionamento no conhecimento permaneceu estável (0,58 nas duas ocasiões).

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Por esses motivos, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010991-35.2016.5.15.0033, 0010907-34.2016.5.15.0033 e 0011907-69.2016.5.15.0033;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011527-17.2014.5.15.0033, 0010035-53.2015.5.15.0033 e 0001478-53.2015.5.15.0033;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 08/02/2018, verificou-se a existência de 381 protocolos nos últimos 12 meses, com 05 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 11225-17.2016.5.15.0033, 11044-16.2016.5.15.0033 e 0001134-92.2014.5.15.0033);

16.5 – há audiências designadas em cinco dias da semana;



16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 371 no período de 1/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,47 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Marília apresenta 47% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 56,7 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (49,3) e superior à média mensal apurada na última correição (36,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 35,1 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 38,7) e à última correição (RARIA 47,9). Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 38,6, inferior à média do grupo, de 50,8 (RARIA) e à última correição (RARIA de 47,9), resultando em média total de solucionados com exame de



mérito, de 73,7 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 89,5 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 101,5 apurado na última correição.

Diante disso, determina-se que a 1ª Vara do Trabalho de Marília envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou em comparação com o resultado verificado na última correição (de 246 para 287).

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 77% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 05/02/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	22/05/2018	16	106
INICIAIS/ Sum:	22/05/2018	14	106
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	13/04/2018	-	67
INSTRUÇÕES/Ord:	21/11/2018	03	211
INSTRUÇÕES/Sum:	13/04/2018	01	67
CONCILIAÇÃO:	02/05/2018	-	86
MEDIAÇÃO:	19/03/2018	07	42

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são excluídos de pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	4	12	2		6	24



	tarde						0
terça	manhã			7		6	13
	tarde						0
quarta	manhã			7		8	15
	tarde	7					7
quinta	manhã	4	12	2		8	26
	tarde						0
sexta	manhã	7					7
	tarde						0

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que regularmente são agendadas audiências de mediação na fase de conhecimento às quartas e quintas-feiras, 8 audiências por dia e na fase de liquidação/execução, às terças e quintas-feiras, 6 processos por dia, sem prejuízo da realização de encaixe de processo em pauta extraordinária nos demais dias da semana, em todas as fases, com a presença do Magistrado na Unidade.

Há uma servidora capacitada pela Escola Judicial do TRT 15ª Região, Eliane de Fátima Valeriano.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 43,1 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado na última correição (70,1), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA, item 10.2).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 280 dias, menor que o de seu grupo (319 dias) e que o do Fórum (305 dias). Mas houve aumento desse prazo em comparação com a última correição, quando era de 240 dias.



Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 187 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 339 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 786, quantidade maior que a média de seu grupo (664), e menor que a do Fórum (863) demonstrando tendência de aumento desde a última correição (era de 652 processos).

Registra-se, ainda, que na ata anterior a unidade contou com 36,7 dias-juiz e realizou 2.251 audiências. Na presente ata apurou-se 56,7 dias-juiz e 2.786 audiências realizadas (item 10.2).

Sugere-se, outrossim, que se estude a viabilidade de implementar as boas práticas já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo conferir maior celeridade à tramitação dos feitos. Destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com o trio gerencial para verificação, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências e registro de soluções nos incidentes processuais.

Primeiramente, foram repassados os números de processos com pendências de BACENJUD para verificação.

Na sequência, considerando a ata anterior, o diretor informa que das 598 petições sem ciência ali apontadas, atualmente, o número está reduzido para 152, das quais a Corregedoria insiste no acompanhamento.

No tocante ao controle de perícias, o diretor informa que os laudos contábeis têm sido apresentados no prazo e com celeridade. Constata-se que a secretaria da unidade tem dado suporte às audiências de mediação realizadas na Coordenadoria Integrada de



Atividades Internas Judicial e Administrativa em processos das fases de liquidação e de execução. Sendo que na fase de liquidação foi implementada a prática de determinar a apresentação de cálculos em mesa de mediação.

No tocante à migração, a Corregedoria orienta os gestores a sempre avaliarem a verdadeira necessidade de a realizar, sem prejuízo dos planos de ação e direcionamentos já fornecidos. Por exemplo, não há necessidade de migração de processos que, sabidamente, já estão encaminhados para futura extinção.

O diretor relata especificidades sobre os processos que se encontram na tarefa “análise de dependência”, cujas limitações do sistema PJe não foram superadas. No aspecto, a Corregedoria solicita que o diretor disponibilize o rol de processos em tais circunstâncias para apreciação das possibilidades de encaminhamento e possível solução. Declara, ainda, a precariedade das informações fornecidas pela central de chamados que estão limitadas a informar a finalização do chamado, quando, de fato, foi aberta “issue” para o Comitê Nacional do PJe.

Determinada a correção das inconsistências no SAP1G, em razão de haver processos rearquivados, sem prosseguimento da execução, com ocorrência RMA (remetido ao arquivo) sucessiva à ocorrência de nível 2 DSA (desarquivado), sendo correto o lançamento da ocorrência ARQ para rearquivamento.

Controle de perícias sugerido pela Corregedoria está implementado na unidade e a não observância de prazo pelo perito nomeado enseja a sua destituição. O procedimento é determinado por despacho em processos com pedido de perícia onde, sabidamente, não haverá proposta de acordo ou em audiência, depois que as partes saem inconciliadas.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”. A medida evita processos fora do fluxo e revela observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Assim, correto o acompanhamento frequente de movimentação de processos da subcaixa de “Razões Finais”, como constatado. Para os processos físicos, a Corregedoria recomenda a extração de relatórios semanais para gestão das razões finais.

A Corregedoria orienta que se façam periódicas consultas aos relatórios de SAP1G, tais como o Justiça em Números, porquanto o relatório de processos sem tramitação não é bastante para identificação das inconsistências.

Por fim, insistiu-se na importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.



20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – observar os seguintes normativos: viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário;

20.3 – priorizar a migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos que é de 17% do acervo.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho,



especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento), com 77% de cumprimento;

21.5 – consultar os relatórios de pendências (“ordens judiciais – ordens judiciais por juízo – pendência: bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento”) e velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme Ofício Circular nº 09/2017-CR;

21.6 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.7 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores cadastrados nesse Regional;

21.8 – envidar esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 06/02/2018 e 09/02/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0224100-12.1991.5.15.0033	Processo físico com última ocorrência “APS – apensado” desde 26/02/1996. O processo foi apensado ao processo 0132600-25.1992.5.15.0033. Entretanto, referido processo foi remetido à VT de Garça em 07/06/1994.	Sanear a inconsistência.
2	0001338-48.2012.5.15.0033	Processo físico com última ocorrência RMA – Remetido ao arquivo desde 12/02/2016, dentro da variável 342 – aguardando	Sanear a inconsistência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		finalização da fase de conhecimento. Não houve o lançamento da ocorrência ARQ após o desarquivamento.	
3	0118300-04.2005.5.15.0033 0145200-24.2005.5.15.0033	Processo físico com última ocorrência RMJ – Remetido ao TRF 3ª Região desde 27/09/2005 e 29/11/2005, respectivamente, dentro da variável 342 – aguardando finalização da fase de conhecimento. Há outros 9 processos nessa ocorrência.	Sanear a inconsistência.
4	0009100-28.2006.5.15.0033 0009300-35.2006.5.15.0033	Processos físicos com última ocorrência RMT– Remetido ao TRT 15ª Região. Referidos processos foram encaminhados ao STJ em 26/2/2007 e após, decisão profetida naquela C. Corte, remetidos ao TJ de São Paulo.	Regularizar os lançamentos nos referidos processos.
5	0124900-36.2008.5.15.0033	Processo físico na variável 144 – impugnação à sentença de liquidação pendentes desde 26/04/2012. Há outros 5 processos nesta variável.	Determina-se a regularização dos lançamentos.
6	0041700-39.2005.5.15.0033	Processo físico na variável 150 – embargos à execução pendentes desde 26/06/2012. Há outros 7 processos nesta variável.	Determina-se a regularização dos lançamentos.
7	0000965-85.2010.5.15.0033	Processo na variável 168 – Exceção de pré-executividade pendentes desde 21/3/2016. Há outro processo nesta variável.	Determina-se a regularização dos lançamentos.
8	01159800-11.2009.5.15.0033	Processo físico na ocorrência DCA desde 23/10/2017. Há outros 13 processos nessa ocorrência.	Determina-se a conclusão dos autos para deliberações, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
9	0226900-13.1991.5.15.0033	Processo na ocorrência DES desde 26/09/2017. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Há outros 26 processos nessa ocorrência.	Determina-se o prosseguimento do feito.
10	0011017-96.2017.5.15.0033	Processo eletrônico na tarefa “analisar decisão” pendente desde 17/11/2017. Trata-se de decisão que determina o processamento de recurso. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.	Determina-se o prosseguimento do feito.
11	0010272-19.2017.5.15.0033	Processo eletrônico na tarefa “Análise de conhecimento” pendente desde 15/01/2018. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato	Determina-se o prosseguimento do feito.



		independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Há outros 121 processos nessa ocorrência.	
12	0011768-54.2015.5.15.0033	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando audiência – Exec – designar audiência” pendente desde 30/11/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.	Determina-se o prosseguimento do feito.
13	0010318-76.2015.5.15.0033	Processo eletrônico na tarefa “Preparar ato de comunicação” desde 30/11/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 20 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
14	0010894-69.2015.5.15.0033	Processo eletrônico na tarefa “Registrar pagamentos ou despesas processuais” desde 09/01/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 2 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
15	11634-61.2014.5.15.33	Aguardando audiência (sem audiência) aguarda prova emprestada	Levar à conclusão para deliberações

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceram o presidente da OAB/SP em Marília, Dr. Marlúcio Bonfim Trindade, OAB/SP 154.929, acompanhado da Dra. Adriana Mara Ferrari Petruzz do Prado, OABSP 120.028, e o Conselheiro de Prerrogativas da 11ª Região da OAB/SP, Dr. João Carlos Pereira, OAB/SP 200.762 e teceram elogios aos magistrados e pleitearam maior celeridade nas execuções, inclusive, maior treinamento para exploração da ferramenta SIMBA. Solicitaram, por fim, a realocação do Forum de Marília para novo edifício.

Também se fizeram presentes, o presidente da Câmara de Vereadores de Marília, Delegado Wilson Alves Damasceno, acompanhado do vereador Mauricio Roberto, para fazerem a entrega do Diploma de Visitante Ilustre ao Desembargador Corregedor, por meio do Ato número 12, de 15 de fevereiro de 2018.

E, ainda, a imprensa da OAB/SP em Marília, o Jornal da Manhã e o Jornal Cidade.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMª Juíza Titular MÔNICA ALEX reside na jurisdição;

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo MARCOS ROBERTO WOLFGANG está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000451-86.2015.5.15.0897). O Juiz Substituto RÔMULO TOZZO TECHIO reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4456/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de fevereiro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.